

ARTES NO CURRÍCULO: EXPRESSÃO OU EDUCAÇÃO?

Jesus Maria Sousa

Centro de Investigação em Educação, Universidade da Madeira, Campus da Penteada, 9020-105 Funchal.

RESUMO

Por estar empenhada na formação integral da Pessoa, reconheço que a educação estética e artística constitui uma componente imprescindível do amplo legado cultural acumulado e merecedor de ser transmitido às novas gerações através do Currículo, pois este corporifica a Cultura (Sousa, 2015). E sendo as Artes parte importante da Cultura, pretendo, com base nos documentos legais mais recentes da política educativa portuguesa (OCEPE, 1997; OCEPE, 2016; CNEB, 2011; Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, 2017; DL 55/2018; Aprendizagens Essenciais-Educação Artística, 2018; Programa de Educação Estética e Artística, 2018), analisar criticamente, do ponto de vista curricular, a sua coerência interna no que diz respeito à tensão existente entre a designação de Expressão e a de Educação, após ter procedido à clarificação de alguns conceitos, para melhor se entender a argumentação apresentada.

A comunicação conclui com a defesa da sensibilização estética e artística na educação pré-escolar e escolar, na medida em que esta contribui para o desenvolvimento integral do indivíduo, ao fomentar autonomia, espírito de iniciativa, criatividade e imaginação, inteligência emocional e desenvolvimento moral e cognitivo, capacidade de reflexão crítica, bem como liberdade de pensamento e de ação, tal como se encontra plasmado no Roteiro da Educação Artística, resultante da Conferência Mundial de Educação Artística, realizada em Lisboa, em 2006, sob a égide da UNESCO.

PARTE 1

Manifestação de interesse e clarificação de conceitos

Não sendo eu oriunda do campo das artes, não deixo por isso de estar empenhada na formação integral da Pessoa, reconhecendo que a educação estética e artística constitui uma componente imprescindível do amplo legado cultural acumulado e merecedor de ser transmitido às novas gerações por via do Currículo, pois este corporifica a Cultura, como já tive a oportunidade de defender (Sousa, 2015). E sendo as Artes parte importante da Cultura, pretendo, com base nos documentos legais mais recentes da

política educativa portuguesa, analisar criticamente, do ponto de vista curricular, a sua coerência interna e consequente valorização ou desvalorização no seio das orientações curriculares para a educação pré-escolar e do currículo do 1º ciclo do ensino básico.

Com esta declaração de intenções, e ainda em termos introdutórios, procederei à clarificação de alguns conceitos, para melhor se entender a minha argumentação.

Natureza e Cultura

Contrapondo ao conceito de Natureza, vale a pena relembrar a metáfora usada por Leach (1989), citada por Sousa (2015), para ilustrar a Cultura...

“como a roupagem habilmente confeccionada para cobrir o corpo nu do homem natural. Esta imagem dá bem a ideia de que o ser humano não se tem limitado a contemplar e a aceitar passivamente o mundo natural que o rodeia, mas, antes, procura modificá-lo, nele intervindo, quer através da criação de objetos físicos para responder às suas necessidades (muitas vezes amplificando as suas características pessoais naturais), quer através de objetos imateriais como a linguagem, criada na interação social (codificando o pensamento e os sentimentos), os comportamentos, as crenças e as manifestações artísticas” (in Sousa, 2015, pp. 171-172)

Contrariamente a muitas outras línguas onde estes dois conceitos se contrapõem (“culture/nature”, em inglês, “culture/ nature”, em francês, ou “Kultur/Natur”, em alemão), em língua portuguesa não é tão evidente este tipo de relação antagónica. Ora, cabendo à Escola a apropriação pelo aprendiz de todo um conjunto de conhecimentos, valores, habilidades, costumes e tradições, isto é, a apropriação da herança sócio-histórica construída pelo homem ao longo dos tempos, as Artes têm um papel fundamental.

Não nos esqueçamos de que Platão, ao idealizar o sistema educativo na sua “República”, preconizava uma educação geral obrigatória para “todos” até aos 20 anos, onde estivessem contempladas, de entre outras, necessariamente duas matérias: a Música, para permitir o controlo do homem das partes inferiores da alma, e a Ginástica, para o controlo do corpo, redundando na máxima da *mens sana in corpore sano*. São esses bens culturais que ao longo dos séculos foram levando à interpenetração

dos conceitos de Cultura e de Civilização, no entendimento de que uma pessoa culta não é natural, já ultrapassou o estado selvagem, ou mesmo a barbárie, seguindo a classificação de Morgan, referida por F. Engels (1984).

Cultura e Arte

Destrinçada assim a diferença entre Natureza e Cultura, entre o que é natural e o que é cultural, ou seja, o que é inato e o que é adquirido, depreende-se que a Cultura é uma produção do homem, que envolve aprendizagem que resultará sempre num artefacto cultural, num produto, material ou imaterial, num objeto, simbólico ou concreto. Sendo criação, há, portanto, um criador, um artesão, mas que nem sempre é artista. Em sentido lato, pode-se dizer que toda a produção humana é cultural, mas nem toda a produção humana é artística.

Retomando as ideias de Platão, quando se referia à Música, como Arte, este filósofo ressaltava o valor da beleza, da perfeição e da harmonia que tocava bem no fundo da alma, destacando a importância da educação artística no desenvolvimento pessoal do ser humano. No livro III da República, defendia que

“[...] a educação pela música é capital, porque o ritmo e a harmonia penetram mais fundo na alma e afetam-na mais fortemente, trazendo consigo a perfeição, e tornando aquela perfeita [...] aquele que foi educado nela, como devia, sentiria mais agudamente as omissões e imperfeições no trabalho ou na conformação natural, e, suportando-as mal, e com razão, honraria as coisas belas, e, acolhendo-as jubilosamente na sua alma, com elas se alimentaria e tornar-se-ia um homem perfeito” (Platão. Livro III).

Considerava assim Platão que a beleza de uma obra de arte residiria no estado espiritual que essa obra produzia em quem a contemplava, pois o Belo era algo de espiritual e não material, sendo esse Belo a causa do Bem.

Por sua vez, Aristóteles entendia que a obra de arte poderia ser um estímulo que provocava descargas emocionais (catarse) no indivíduo, proporcionando-lhe um estado de reequilíbrio e acalmia.

Ao longo dos tempos, vários foram os filósofos, pedagogos, estudiosos que descreveram os benefícios da arte na formação do ser humano, mas foi sobretudo a partir da segunda metade do século vinte que as pesquisas neste campo passaram a ter um maior relevo.

Arte e Fruição

Num artigo sobre “A espiritualidade estético-erótica de Rubem Alves”, Carlos Caldas (2018) transcreve a referência que esse autor faz à *De Doctrina Christiana* de Santo Agostinho, quando refere que:

Ele [Santo Agostinho] escreve contemplando o paraíso: medita sobre a ordem eterna que regula o prazer e a alegria [...]. O tema: Algumas coisas são para serem fruídas, outras para serem usadas, e outras ainda há que são para serem fruídas e usadas. As coisas que são para serem fruídas nos tornam felizes. As coisas que são objetos de uso nos ajudam em nossos esforços na direção da felicidade... Fruir uma coisa é amar essa coisa por causa dela mesma (*diligere propter se*); usar uma coisa é, por outro lado, utilizá-la para se obter uma outra coisa (*diligere propter aliud*) (in Caldas, 2018, p. 15).

Quando pensamos no desenho, no teatro, na pintura, na escultura, na música, ou na literatura, e num tempo em que tudo é quantificado em termos da sua utilidade prática, é facilmente compreensível a notória falta de apoio às Artes.

Arte e Ciência

De entre as forças culturais modeladoras da sociedade atual, a Ciência destaca-se por essa dimensão utilitarista de resolução de problemas. As tecnologias derivadas dos conhecimentos científicos, isto é, os produtos, os artefactos simbólicos ou concretos, como dizia atrás, condicionam a nossa vivência e sobrevivência. Sendo ambas dimensões culturais, enquanto produtos do homem, a Arte e a Ciência têm em comum o seguinte: apoiam-se na inovação, na imaginação, na criatividade, no avanço da humanidade.

Uma e outra rompem com o estabelecido, buscam novas perspetivas, pensam o impensável até aí. Pode-se, portanto, afirmar que tanto as produções artísticas como as científicas são sempre criativas.

Arte e Comunicação

Podendo ser um ato de criação individual, a Arte tem sempre impacto no outro. Ligada à fruição, ao prazer e à emoção estética, quer no criador como naquele que usufrui da criação (o espectador, o observador, o ouvinte,

etc.), a Arte é também comunicação, seja pela música, pela dança, pela obra literária, pela pintura, pela escultura, pela fotografia, etc. A Arte completa-se quando existe comunicação, quando a obra criada tem eco no outro.

PARTE 2

Expressão e Educação no Pré-escolar e no 1º Ciclo

Com base na clarificação de conceitos, pretendo com esta reflexão indagar sobre o objetivo último conferido às Artes na educação das crianças, tendo em conta que a formação de futuros educadores e professores, no âmbito da licenciatura em Educação Básica e do mestrado em Educação Pré-escolar e 1º ciclo do Ensino Básico, ciclos de estudos promovidos pela UMa e, particularmente, pelo DCE, deve estar articulada com as exigências das orientações curriculares para a educação pré-escolar e as do currículo do 1º ciclo do ensino básico, partindo do pressuposto de que, mais do que formar artistas, é nossa responsabilidade formar pessoas para a sensibilidade estética, para que consigam, por sua vez, desenvolvê-la no público com quem irão trabalhar, isto é, as crianças.

Será este o nosso foco de análise.

Recuando no tempo, e ao nível das OCEPE, “Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar” (1997), decorrentes do Despacho nº 5220/97, de 4 de agosto, existiam 3 Áreas de conteúdo:

- Área de Formação Pessoal e Social
- Área de Expressão e de Comunicação
- Área de Conhecimento do Mundo.

Em termos de sensibilização estética a tónica era colocada nas **Expressões**: Expressão Motora, Expressão Dramática, Expressão Plástica e Expressão Musical, enquanto Domínios das Expressões, a par do Domínio da Linguagem Oral e Abordagem à Escrita, e do Domínio da Matemática, integrando a mesma Área de Expressão e Comunicação.

Com as novas OCEPE, “Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar” (2016), mantendo-se as mesmas 3 grandes Áreas de conteúdo, a Área de Expressão e Comunicação sofreu algumas alterações ao nível dos Domínios que passaram a ser 4, ao invés de 3, deixando cair por terra a designação de Expressões, ao optar pela de **Educação**:

- **Educação Física**
- **Educação Artística**

- Linguagem Oral e Abordagem à Escrita
- Matemática.

Numa análise de discurso mais fina, a mudança para Educação pressupõe uma maior orientação num determinado sentido, ao invés de Expressão, que indicia, salvo melhor opinião, a ideia de livre expressão. Temos assim a Educação Física e a Educação Artística, com esta última a integrar então os Subdomínios de Artes Visuais, Jogo Dramático/Teatro, Música e Dança. Relativamente às Artes Visuais existia uma referência explícita à pintura, desenho, escultura, arquitetura, gravura e fotografia.

Relativamente ao 1º ciclo, e se recuarmos até 2001, e ao seu “Currículo Nacional do Ensino Básico: Competências Essenciais” (2001), vemos que no capítulo dedicado às Competências Gerais, se aludia levemente às Artes quando referia o propósito de desenvolvimento do sentido de apreciação estética do mundo, o qual concretizava depois, em termos de Competências Específicas, na **Educação Artística**, enunciando que esta se desenvolvia maioritariamente através de quatro grandes áreas artísticas, presentes ao longo dos três ciclos:

- **Expressão Plástica e Educação Visual**
- **Expressão e Educação Musical**
- **Expressão Dramática/Teatro**
- **Expressão Físico-Motora/Dança.**

Apesar de estas quatro áreas contemplarem o termo “Expressão”, elas decorriam da “**Educação Artística**”, com algumas áreas contemplando as duas designações: “**Expressão Plástica e Educação Visual**” e “**Expressão e Educação Musical**”. Por outro lado, os programas resultantes revelavam também alguma hesitação entre a designação de Expressão e a de Educação, abarcando a Educação Visual (já não se referia a Expressão Plástica), a Música (sem menção a Expressão e Educação Musical), a Expressão Dramática/Teatro (neste caso existe coincidência) e a Dança (sem se referir à Expressão Físico-Motora, levantando alguns problemas de interpretação relativamente à **Educação Física**, que detinha um programa à parte).

Na introdução à Educação Artística em geral, o documento orientador referia que

“as artes são elementos indispensáveis no desenvolvimento da expressão pessoal, social e cultural do aluno. São formas de saber que articulam imaginação, razão e emoção. Elas

perpassam as vidas das pessoas, trazendo novas perspectivas, formas e densidades ao ambiente e à sociedade em que se vive” (2001, p. 149)

A literacia em Artes pressupunha assim competências comuns a todas as disciplinas artísticas, englobando a “apropriação das linguagens elementares das artes”, o “desenvolvimento da capacidade de expressão e comunicação”, o “desenvolvimento da criatividade” e a “compreensão das artes no contexto”.

Dez anos depois, o Despacho nº 17169/2011 acabou por revogar esse Currículo Nacional, evocando falta de utilidade do documento e ideias ultrapassadas e questionáveis. Com o Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho, foi então publicado o Currículo do 1º ciclo do Ensino Básico (2012) que, nas Áreas disciplinares de frequência obrigatória, além de Português, Matemática e Estudo do Meio, como anteriormente, contemplava de novo as **Expressões**, subdivididas em **Expressões** Artísticas e **Expressões** Físico-Motoras, não especificando, todavia, as suas subáreas. Neste caso, não se enveredou pela designação de “Educação” (Educação Artística e Educação Física), mas pela separação entre as Expressões Artísticas e as Expressões Físico-Motoras.

Recentemente, a partir de 2018, as designações para este mesmo nível de ensino (1º ciclo do agora chamado Ensino Básico Geral) pendem já para a designação de **Educação** Artística e **Educação** Física, acertando o passo com as OCEPE de 2016. No que diz respeito à Educação Artística, constam agora explicitamente as Artes Visuais, a Expressão Dramática/Teatro, a Dança e a Música (cf. Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho), com os respetivos programas sob a designação de Aprendizagens Essenciais do Ensino Básico, homologados pelo Despacho n.º 6944-A/2018, de 19 de julho, ou seja, pouco mais de dez dias depois de publicado o Decreto-Lei da reorganização curricular, tornando desse modo bastante clara a concertação dos vários documentos legais, até porque essas Aprendizagens Essenciais (AE) são, por sua vez, definidas em articulação com “O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”, homologado um ano antes através do Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho, como referencial e matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas no âmbito da escolaridade obrigatória.

Guilherme Oliveira Martins, no Prefácio, defende que

“As humanidades hoje têm de ligar educação, cultura e ciência, saber e saber fazer. O processo da criação e da inovação tem de ser visto relativamente ao poeta, ao artista, ao artesão, ao

cientista, ao desportista, ao técnico – em suma à pessoa concreta que todos somos. Um perfil de base humanista significa a consideração de uma sociedade centrada na pessoa e na dignidade humana como valores fundamentais” (2017, p. 6).

Apostando na formação de um cidadão munido de “múltiplas literacias”, à saída da escolaridade obrigatória, o Perfil encontra-se organizado em Áreas de Competências. No que diz respeito à Área da Sensibilidade Estética e Artística, o documento preconiza o seguinte:

As competências na área de Sensibilidade estética e artística dizem respeito a processos de experimentação, de interpretação e de fruição de diferentes realidades culturais, para o desenvolvimento da expressividade pessoal e social dos alunos. Compreendem o domínio de processos técnicos e performativos envolvidos na criação artística, possibilitando o desenvolvimento de critérios estéticos para o juízo crítico e para o gosto, numa vivência cultural informada (id., p. 28).

Deixando, do meu ponto de vista subjetivo, alguma marca sobre uma tendência de **Educação** (enquanto condução, orientação consciente) a sobrepor-se à de **Expressão**, tem início o Programa de Educação Estética e Artística (PEEA) em contexto escolar, enquanto plano de intervenção no domínio das diferentes formas de arte, abrangendo numa primeira fase a Educação Pré-escolar e o 1º ciclo do Ensino Básico, mas com a intenção de prosseguir pelos demais níveis de ensino. De novo com designações não totalmente coincidentes (**Educação** e **Expressão** Plástica, **Educação** e **Expressão** Musical, Movimento e Drama/Teatro e Dança) a ideia é a de reforçar parcerias entre as escolas e as instituições culturais, envolvendo não só as crianças e os docentes, como também as famílias, no gosto pelas diferentes formas artísticas.

PARTE 3

Concluindo pela sensibilização estética e artística

Quer seja pela **Educação** quer pela **Expressão** (a discussão deve ser levada a cabo pelos próprios especialistas), interessa ao nível do Currículo dar o devido valor à sensibilização estética e artística na educação pré-escolar e escolar, pelo seu inestimável contributo para o desenvolvimento integral do indivíduo, porque lhe confere, ou pelo menos nele fomenta,

autonomia, espírito de iniciativa, criatividade e imaginação, inteligência emocional e desenvolvimento moral e cognitivo, capacidade de reflexão crítica, bem como liberdade de pensamento e de ação, tal como se encontra plasmado no Roteiro da Educação Artística, resultante da Conferência Mundial de Educação Artística, realizada em Lisboa, em 2006, sob a égide da UNESCO.

Já Porcher (1982), no seu livro “Educação Artística: Luxo ou Necessidade?”, havia defendido os benefícios da Educação Artística para além das belas-artes e das belas obras, quando ela consegue mobilizar a consciencialização da beleza do meio ambiente natural e sua preservação, ou quando, para além das aptidões artísticas específicas, ela consegue promover o desenvolvimento global da personalidade.

De facto, as competências artísticas mobilizam sentimentos, emoções e conhecimentos, a partir de imagens, sons e movimentos, num terreno propício à interdisciplinaridade e à interação de múltiplas inteligências (Gardner et al, 1996). E sabendo nós que a criatividade assenta na mobilização e integração de conhecimentos e experiências de vida, permitindo o salto do universo real para o universo simbólico, e que o sentido estético é desenvolvido a partir da fruição de diferentes manifestações artísticas, que representem diferentes épocas, culturas e estilos, em áreas diversificadas da Música, do Teatro, da Dança e das Artes Visuais, é necessário portanto que o currículo proporcione espaços de liberdade, de prazer e de vivência lúdica, onde a criança reforce a sua autoestima pela capacidade de realização e pelo reconhecimento dos seus pares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Caldas, C. (2018). A espiritualidade estético-erótica de Rubem Alves. *Theologica Xaveriana*, 186, 01-19.
- Engels, F. (1984). A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Gardner, H., Kornhaber, M. L. & Wake, W. K. (1996). *Intelligence: Multiple Perspectives*. Orlando, FL, US: Harcourt Brace College Publishers.
- Matos, F. & Ferraz, H. (2006). *Roteiro para a Educação Artística*. In <http://www.unesco.org/culture/lea>.
- Ministério da Educação (1997). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar*. Lisboa: Ministério da Educação. Departamento de Educação Básica. Núcleo de Educação Pré-escolar.
- Ministério da Educação (2011). *Currículo Nacional do ensino Básico. Competências Essenciais*. Lisboa: Ministério da Educação. Departamento de Educação Básica.

Ministério da Educação (2018). *Aprendizagens Essenciais – Ensino Básico*. Lisboa: Ministério da Educação. Departamento de Educação Básica.

Ministério da Educação (2018). *Programa de Educação Estética e Artística*. Lisboa: Ministério da Educação. Departamento de Educação Básica.

Oliveira Martins, G. (Coord.) et al (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Lisboa: Ministério da Educação. Direção Geral da Educação.

Platão. (trad. Ingrid Neves). (2013). *República. Livro III*. Editora Kiron.

Porcher, L. (1982). *Educação Artística: Luxo ou Necessidade?*. São Paulo: Summus Editorial.

Silva, I. L. (Coord.) et al. (2016). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar*. Lisboa: Ministério da Educação. Direção Geral da Educação.

Sousa, J. M. (2015). O currículo e a identidade cultural. In J. C. Morgado, G. L. Mendes, A. F. Moreira & J. A. Pacheco (Ed.), *Currículo, internacionalização e cosmopolitismo* (Vol. 1, pp. 171 - 178), Santo Tirso: De Facto Editores.